

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.545.258 - MT (2019/0209409-3)

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE** : VALDENIR MACHADO DE PAULA - ESPÓLIO  
**REPR. POR** : SUELY BENITES MACHADO - INVENTARIANTE  
**ADVOGADO** : REVAIR RODRIGUES MACHADO NETO - MS014803  
**AGRAVADO** : HERONERE SOUSA COSTA  
**ADVOGADO** : REGINA MARILIA DE OLIVEIRA - MT003659  
**INTERES.** : TRANSPORTES REAL LTDA

### EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IRRESIGNAÇÃO MANIFESTADA NA VIGÊNCIA DO NCPC. ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMAS FATAIS. AÇÃO INDENIZATÓRIA EM SEDE DE EXECUÇÃO. ART. 535 DO CPC/73 (ART. 1022 DO NCPC). OMISSÃO E FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO INEXISTENTES. *PENHORA DE IMÓVEL. BEM DE FAMÍLIA. NÃO CONFIGURAÇÃO. OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA MENOR ONEROSIDADE DA EXECUÇÃO EM FACE DAS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO. REVOLVIMENTO DE CONTEÚDO FÁTICO-PROBATÓRIO. REFORMA. SÚMULA Nº 7 DO STJ. DISSÍDIO NÃO COMPROVADO. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.*

### DECISÃO

HERONERE SOUSA COSTA (HERONERE) propôs ação indenizatória contra TRANSPORTES REAL LTDA (TRANSPORTES), objetivando o ressarcimento pela morte de dois filhos em decorrência de atropelamento por prepostos da ré.

Iniciado o cumprimento de sentença, houve a desconsideração da personalidade jurídica da empresa, sendo incluídos no pólo passivo os sócios e donos da empresa VALDENIR MACHADO DE PAULA, representado agora por seu espólio e SUELY BENITES MACHADO (VALDENIR – espólio e outra).

Após determinada a penhora de bens do réus, VALDENIR – espólio e outra interpuseram agravo de instrumento contra decisão que indeferiu o pedido para considerar impenhorável bem de família (e-STJ, fls. 2/27).

O TJMT negou provimento ao agravo, em acórdão a seguir transcrito:

*CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - IMÓVEL PENHORADO - PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE SE TRATAR DE BEM*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*DE FAMÍLIA E DE IMPENHORABILIDADE INDEFERIDO NA ORIGEM - AGRAVO DESPROVIDO - DECISÃO MANTIDA.*

*O reconhecimento de se tratar de bem de família apto a provocar a impenhorabilidade de imóvel, desafia a imprescindível comprovação de que sirva como residência para o executado e/ou para sua família e recairá sobre o bem de menor valor, no caso de existência de vários outros imóveis igualmente residenciais, salvo se outro tiver sido registrado, para esse fim, no Registro de Imóveis e na forma do art. 70 do Código Civil (e-STJ, fls. 394).*

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 479/491).

Irresignados, VALDENIR – espólio e outra interpuseram recurso especial, fundado no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, alegando ofensa aos arts. 535 e 620 do CPC/73; e 1º, do CDC.

Sustentaram, em suma, (1) omissão do julgado, ao não se pronunciar acerca das alegações de impenhorabilidade do bem de família, especialmente sobre o princípio da menor onerosidade do devedor; (2) que o imóvel onde reside com sua família não pode ser penhorado; e, (3) que a penhora deveria ocorrer pelo meio menos gravoso (e-STJ, fls. 499/526).

Após apresentadas as contrarrazões, o recurso foi inadmitido, tendo seguimento por força de agravo provido (e-STJ, fls. 566/572, 792/795 e 839/841, respectivamente).

Em decisão monocrática de minha relatoria, após reconhecer a existência de omissão no acórdão, dei provimento ao apelo especial (REsp 1728.425/MT), a fim de sanar a omissão apontada (e-STJ, fls. 888/890).

Em nova análise aos embargos de declaração apresentados por VALDENIR – espólio e outra, o TJMT negou-lhe provimento, em acórdão ementado nos seguintes termos:

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - PENHORA DE IMÓVEL - NÃO ACOLHIMENTO DA TESE 4.)E APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA MENOR ONEROSIDADE - RECURSO DESPROVIDO ACÓRDÃO MANTIDO.*

*A aplicação do princípio da menor onerosidade, como forma de evitar, eventuais excessos decorrentes dos atos executivos, desafia a necessária cautela, a fim de não se transformar num entrave à tempestiva e efetiva tutela do direito do exequente, sob pena de se levar ao descrédito o poder judicante e de se violar o direito de crédito (e-STJ, fl. 901).*

# Superior Tribunal de Justiça

No presente apelo nobre, fundado no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, VALDENIR – espólio e outra alegaram ofensa aos arts. 535 do CPC/73 (art. 1022 do NCPC); 1º da Lei nº 8.009/90 e 805 do NCPC.

Sustentaram, em suma, (1) que remanesce ponto omissos no acórdão; (2) a impenhorabilidade do imóvel objeto da execução, por se tratar de bem de família; e, (3) que deve ser observado o princípio da menor onerosidade ao devedor.

Após apresentadas as contrarrazões, o recurso foi inadmitido na origem, ante a deficiência de fundamentação desenvolvida no apelo especial (Súmula nº 284 do STF) e pela incidência da Súmula nº 7 do STJ (ed-STJ, fls. 1019/1024).

Nas razões do agravo, ALDENIR – espólio e outra afirmaram que seu recurso merece trânsito porque preenchidos os requisitos necessários à sua admissibilidade, assentando, ainda, que a análise de suas razões recursais não reclamam reexame de matéria fática, devendo ser afastado o óbice contido no enunciado da Súmula nº 7 do STJ.

Foi apresentada contraminuta (e-STJ, fls. 1050/1054).

É o relatório.

DECIDO.

O inconformismo não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que o presente recurso foi interposto contra decisão publicada na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

## **Da alegada existência de omissão no acórdão**

Verifica-se que as questões submetidas ao Tribunal matogrossense foram suficiente e adequadamente apreciadas, com abordagem integral dos temas e fundamentação compatível, tendo sido apresentada motivação clara e suficiente acerca dos pontos controvertidos, notadamente quanto à não caracterização do imóvel executado como bem de família, e ainda em relação ao princípio da menor onerosidade ao devedor, como se verá adiante.

# Superior Tribunal de Justiça

Desse modo, existindo omissão, falta de fundamentação e ou negativa de prestação jurisdicional, não se encontram preenchidos os requisitos do art. 535 do CPC/73 (art. 1022 do NCPC).

## **Da não caracterização do imóvel penhorado como bem de família e do princípio da menor onerosidade**

Os autos principais cuidam de Ação de Cumprimento de Sentença nº 179-88.1997.811.0055, em tramite perante a 1ª Vara Civil da Comarca de Tangará da Serra/MT, em que se busca o reconhecimento da impenhorabilidade, pela qualidade de bem de família, do imóvel matrícula n. 142.583 do 1º CRI de Campo Grande/MS (protegido pela Lei n. 8.009/90).

Pois bem.

Os recorrentes defendem a impenhorabilidade do imóvel objeto da referida execução ao argumento de que se trata de bem destinado à moradia da família.

Aduziram, ainda, que a execução deve observar o princípio da menor onerosidade do devedor como forma de desconstituir a penhora de um dos imóveis de sua propriedade, ocorrida no Cumprimento de Sentença de Ação de Indenização por morte de dois filhos da exequente, decorrente de acidente de trânsito.

O TJMT, ao apreciar novamente os embargos de declaração, diante da determinação desta Instância Superior, que acolheu a violação do art. 535 do CPC/73 em recurso especial anteriormente interposto, (REsp 1.728.4/85/MT), manifestou-se acerca da alegada impenhorabilidade do imóvel objeto da execução, bem como do princípio da menor onerosidade, o fazendo nos termos da fundamentação abaixo:

*A decisão singular, mantida pelo acórdão embargado, afastara a tese de se tratar de bem de família, o imóvel urbano, matrícula nº 142.583, do CRI de Campo Grande, de propriedade dos requeridos embargados, penhorado no referido Cumprimento de Sentença de Ação de Indenização por 'Danos decorrentes de Acidente de Trânsito proposta por Iferonere Souza Costa:*

*Os embargante ainda sustentaram a existência de omissão do v.acórdão que desprovera seu Agravo de Instrumento, ao argumento de falta de análise, por este Colegiado, de seu pleito de aplicabilidade do princípio da menor onerosidade do devedor.*

*Referidos Embargos de Declaração nº 74524/2014 foram julgados em 09.7.2014 e, à unanimidade, desprovidos (fls. 417/462-TJ/MT, Vol. II).*

*Em sede de Recurso Especial nº 1.209.894/MT, fls. 781, Vol. IV, cuja decisão foi proferida em 26.2.2018, o Relator, Ministro Moura Ribeiro, da Terceira - Turma do Superior Tribunal de*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Justiça, concluiu que este Colegiado não se pronunciou sobre o específico pedido dos aqui embargantes, de aplicabilidade do princípio da menor onerosidade do devedor.*

*Assim, a Corte Especial concluiu pela necessidade de realização, por este Tribunal de Justiça, de novo julgamento dos Embargos de Declaração 74524/2014, a fim deste Colegiado manifestar sobre o específico pleito de aplicabilidade do princípio da menor onerosidade do devedor, arguido pelos embargantes.*

*Pois bem, o Agravo de Instrumento n° 41366/2014, foi interposto contra a decisão singular que, no Cumprimento de Sentença (tirado da Ação de Indenização por morte, decorrente de acidente de trânsito, dos dois filhos da exequente aqui embargada) código n° 2210, apresentado por HERONERE SOUZA COSTA, em face de VALDENIR MACHADO DE PAULA E SUA ESPOSA,, agravantes e aqui embargantes.*

*A decisão singular, proferida no Cumprimento de Sentença e que foi objeto do referido Agravo de Instrumento n° 41366/2014, indeferiu o exclusivo pedido dos devedores, para reconhecimento de se tratar de bem de família, o imóvel matrícula n° 142.583. do CRI de Campo Grande, de sua propriedade, que foi penhorado no referido Cumprimento de Sentença.*

*E quanto ao pedido dos aqui embargantes, formulado apenas em grau de recurso (nas razões do Agravo de Instrumento e nas destes Embargos de Declaração), para aplicação do princípio da menor onerosidade do devedor, não houve pronunciamento singular. mesmo porque também não' houve pedido neste sentido formulado na origem.*

*Assim, em que pese a falta de pedido na origem e, até por conta disso mesmo, também não ter a decisão singular pronunciado sobre a específica alegação (formulada apenas em grau de recurso de Agravo de Instrumento e de Embargos de Declaração) de aplicabilidade do princípio da menor onerosidade do devedor, do bem copia não se tratar de matéria de ordem pública, **passa-se este Colegiado e emitir, entretanto, seu pronunciamento sobre este singular argumento - 'aplicação do princípio da menor onerosidade do devedor' -, em razão da determinação lançada pelo Superior Tribunal de Justiça.***

*Sustentam os embargantes, executados, ser o caso de reconhecer a impenhorabilidade, em razão da aplicação do princípio da menor onerosidade do devedor, do imóvel, urbano de sua propriedade,- matrícula n° 142.583, do CRI de Campo Grande, penhorado no Cumprimento de Sentença apresentado contra eles, em razão da existência de vários outros imóveis que dizem ser suficientes para garantir o Cumprimento de Sentença.*

*Os executado, aqui embargantes, ao defenderem a aplicação do princípio da menor onerosidade ao devedor, informam a existência de quatro outros imóveis, de sua propriedade, que*

# Superior Tribunal de Justiça

**alegam serem também de caráter residencial e que poderiam, dizem, "serem expropriados sem que a Medida expropriatória alcançasse aquele determinado pela decisão singular, vale dizer, o imóvel urbano, matrícula n° 142.583 do CRI de Campo Grande.**

Listam, assim, os embargantes, os referidos quatro imóveis às fls. 707-TJ/MT, que alegam poderem ser penhorados sem que a medida alcance aquele que foi constringido pela decisão singular, que são: **a** - Matrícula 48.928 – Casa na Rua Spipe Calarge, n°456,. Jardim TV Morena, Campo Grande – MS, que diz ser objeto de penhora em favor da empresa Petrobrás Distribuidora SA - 25 de maio de 1999, ria Execução n° 95.19591-7, no valor de R.\$498.502,35;

**b-** Matrícula -7.471, Ed. General Etchegayen, apto. 702, situado na Rua Bodoquena, n° 30, Bairro Amambaf, Campo Grande – MS, objeto da penhora pela empresa Petrobrás Distribuidora SA, 28/4/1998, Processo 0001417-83.1097.86.1.2.0001, da 7° Vara Cível da Comarca de Campo Grande -MS, no valor de R\$598.446,09; **c-** Matrícula 100.796, Casa situada na Rua Ataulfo Alves, n°. 172, Bairro Jardim TV Morena, – Campo Grande -MS, objeto de três penhoras: 1- em - favor da empresa Petrobrás Distribuidora SA, 25.5.1999, Execução n° 95.19591-7.; 2,- em favor de Alaide de Jesus Mazutti, 16.8.2010, Proc. N° 001.08.364462-9, no valor de R\$40.647,45 e, **d-** Matriciala 130.586, Ed. Solar dos Ipês, apto. 103, situado na Rua Eduardo Santos Pereira, Vila Rosa, Campo Grande -MS, objeto de quatro penhoras: 1.- em favor da Fazenda Nacional, na Execução n° 98.0001.1525-6, no valor de R\$1.068.868,68; 2- em favor da Fazenda Nacional, 04.9.2003, na Execução n° 97.0002460-1, no valor de R\$324,942,40; 3- em favor de Alaide de Jesus Mazitti, 10.8.2010, no Proc. n° 001.08.364462-9, no valor de R\$40.647,45 e , 4 – também em favor, de Alaide de Jesus Mazitti, 16.8.2010, no Proc: n° 001.08.364458-0, cujo valor não informou.

Pois bem. Dispõe o caput do art. 805 do Novo CPC (com correspondência ao antigo 620 do CPC/73):

"Quando por vários meios o exequente puder promover execução, o juiz mandará que faça pelo modo menos gravoso ao devedor".

O objetivo da norma é a proteção do executado e de seu patrimônio, em razão de eventuais excessos decorrentes dos atos executivos, a fim evitar, desse modo, que a execução oferte ao credor mais do que o que tem de direito.

[...]

Realça que os imóveis que listaram e que alegaram ser possíveis de serem penhorados, como eles mesmo também já informaram, são objeto de penhoras em outras ações. Aliás, onerados com mais de uma medida constritiva no mesmo processo, conforme inclusive, pelos próprios aqui embargantes mencionando nas

# *Superior Tribunal de Justiça*

*razões do Agravo de Instrumento que interpuseram e que foi desprovido, à unanimidade.*

*[...].*

*Realça-se ainda se tratar de Cumprimento de Sentença que está em trâmite desde o ano de 1998 e ainda sem a efetivação solução. Aliás, a pretensão dos aqui embargantes, ao argumento de aplicação do princípio da menor onerosidade, tem feição de reanálise do pedido de impenhorabilidade sob a alegação de tratar de bem de família, cujo pleito já foi analisado e não acolhido tanto pelo acórdão de Agravo de instrumento, como pelo acórdão dos embargos de declaração. Esclarece-se que o **Superior Tribunal de Justiça não modificou a parte do acórdão dos Embargos de Declaração que analisou e afastou a tese de obscuridade, contradição e erro material quanto ao pedido de reconhecimento de bem de família.***

*A Corte Superior se limitou a reconhecer a omissão deste Colegiado exclusivamente quanto ao pedido de aplicação do princípio da menor onerosidade. De modo que mante hígida a parte do acórdão dos Embargos de declaração que manteve a conclusão de não ter restado demonstrado se tratar o imóvel penhorado de bem de família [...] (e-STJ, fls. 902/908, sem destaque no original).*

Como visto das razões acima, houve, na Corte de origem, manifestação clara e suficiente acerca da não caracterização do imóvel objeto da penhora como bem de família, tudo clara e suficientemente analisado com base no conjunto fático delineado nos autos, de modo que a reforma de tal entendimento encontra óbice no enunciado da Súmula nº 7 do STJ.

A esse respeito, vejam-se os precedentes:

*CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FRAUDE À EXECUÇÃO. BEM DE FAMÍLIA. PENHORA. POSSIBILIDADE. ANÁLISE DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.*

*1. O recurso especial não comporta exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula n. 7 do STJ.*

*2. O Tribunal de origem, com base nos elementos probatórios dos autos, afastou as alegações de inexistência de fraude à execução e de impenhorabilidade do bem de família. Alterar esse entendimento é inviável em recurso especial, de acordo com a referida súmula.*

*[...].*

# *Superior Tribunal de Justiça*

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.455.826/DF, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Quarta Turma, j. 30/9/2019, DJe 3/10/2019)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. IMPENHORABILIDADE. BEM DE FAMÍLIA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE SER O ÚNICO IMÓVEL DO EXECUTADO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. DISSÍDIO NÃO DEMONSTRADO.

I. A revisão da conclusão a que chegou o Tribunal de origem de que a ora recorrente não logrou êxito em comprovar que o imóvel em questão é caracterizado como bem de família, demanda o reexame dos fatos e provas constantes dos autos, o que é vedado no âmbito do recurso especial, nos termos da Súmula n. 7 do STJ.

[...].

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AgRg no AREsp 255.116/CE, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, Primeira Turma, j. 18/11/2014, DJe 25/11/2014)

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. PENHORA. BEM DE FAMÍLIA. OCUPAÇÃO UNICAMENTE PELO PRÓPRIO DEVEDOR. EXTENSÃO, EM TESE, DA PROTEÇÃO DADA PELA LEI N. 8.009/90. SENTENÇA QUE, COM BASE NA PROVA, NÃO CONCLUIU PELA HABITAÇÃO DO BEM. RECURSO ESPECIAL. MATÉRIA DE FATO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ.

I. Segundo o entendimento firmado pela Corte Especial do STJ (REsp n. 182.223/SP, Rel. p/ acórdão Min. Humberto Gomes de Barros, DJU de 07.04.03), considera-se como "entidade familiar", para efeito de impenhorabilidade de imóvel baseada na Lei n. 8.009/90, a ocupação do mesmo ainda que exclusivamente pelo próprio executado.

II. Ressalva do ponto de vista do relator.

III. Caso, todavia, em que a sentença, com base nos elementos fáticos dos autos, concluiu que a habitação do imóvel constrictado não se achava caracterizada, o que, por si só, afasta o privilégio legal, matéria de prova que não tem como ser revista em sede especial, ao teor da Súmula n. 7 do STJ.

IV. Recurso especial não conhecido.

(REsp 466.945/RO, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, Quarta Turma, j. 16/10/2003, DJ 24/11/2003, p. 311)



# *Superior Tribunal de Justiça*

E quanto ao pedido de aplicação do princípio da menor onerosidade, o TJ/MS reconheceu que referida argumentação *tem feição de reanálise do pedido de impenhorabilidade sob a alegação de tratar de bem de família, cujo pleito já foi analisado e não acolhido tanto pelo acórdão do Agravo de Instrumento, como pelo acórdão dos Embargos de Declaração (e-STJ, fl. 908).*

Contudo, esta Corte tem afirmado que a análise de possível afronta ao princípio da menor onerosidade da execução (art. 620 do CPC) requer reexame de matéria fático-probatória, que é inviável no âmbito do recurso especial, ante o veto contido na já citada Súmula nº 7 do STJ.

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3 DO STJ. EXECUÇÃO FISCAL. SUBSTITUIÇÃO DE PENHORA DE BENS MÓVEIS POR PENHORA NO ROSTO DOS AUTOS (PRECATÓRIO). MERA ALEGAÇÃO DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA MENOR ONEROSIDADE. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. AFERIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ.*

*[...]*

*2. Não basta a mera invocação de ofensa ao princípio da menor onerosidade para fins de obstar a penhora no rosto dos autos na hipótese, de modo que, tendo a Corte a quo reconhecido que o crédito penhorado se afigura mais vantajoso em detrimento da constrição dos bens móveis e que não restou comprovada a violação ao princípio da menor onerosidade no caso em análise, não é possível a esta Corte infirmar tal conclusão, eis que tal providência demandaria reexame do contexto fático-probatório dos autos, providência inviável em sede de recurso especial em razão do óbice da Súmula nº 7 desta Corte, o que impede o conhecimento do recurso especial, seja pela alínea "a" seja pela alínea "c" do permissivo constitucional.*

*3. Agravo interno não provido.*

*(AgInt no AREsp 1.420.956/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Segunda Turma, j. 11/6/2019, DJe 18/6/2019)*

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. MEDIDAS SATISFATIVAS DO CRÉDITO PERSEGUIDO DEVEM SER RAZOÁVEIS E PROPORCIONAIS, PARA QUE SEJAM MENOS GRAVOSAS AO DEVEDOR E MAIS EFICAZES. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. PRECEDENTE. OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA MENOR ONEROSIDADE DA EXECUÇÃO EM FACE DAS*

# Superior Tribunal de Justiça

*CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO. REVOLVIMENTO DE CONTEÚDO FÁTICO-PROBATÓRIO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.*

*1. É assente a cognição jurisprudencial deste Sodalício no sentido de que as medidas de satisfação do crédito perseguido em execução não podem extrapolar os liames de proporcionalidade e razoabilidade, de modo que contra o executado devem ser adotadas as providências menos gravosas e mais eficazes. Precedente.*

*2. No caso em exame, o Tribunal de origem, analisando o acervo fático-probatório dos autos, concluiu que os pedidos formulados pelo exequente, de suspensão de passaporte, de suspensão da CNH e de cancelamento dos cartões de crédito e débito, seriam excessivamente gravosos aos executados e desproporcionais à obrigação de pagamento do débito, mormente considerando que, no caso, o Juízo a quo já deferira medida adequada a compelir os devedores ao adimplemento, determinando inclusão de seus nomes nos cadastros de proteção ao crédito. A revisão de tal entendimento, na via estreita do recurso especial, sobretudo para perquirir a adequada aplicação do princípio da menor onerosidade no caso concreto, encontra óbice na Súmula 7 do STJ.*

*3. Agravo interno desprovido.*

(AgInt no AREsp 1283998/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, j. 9/10/2018, DJe 17/10/2018, sem destaque no original)

## **Do dissídio jurisprudencial**

Estando o acórdão recorrido em conformidade com o entendimento firmado nesta Corte, aplicável, no ponto, a Súmula nº 568 do STJ, segundo a qual, *o relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.*

Nessas condições, com fundamento no art. 932, III, do NCPC c/c art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/3/2016, DJe 18/3/2016), **CONHEÇO** do agravo para **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso especial.

Publique-se. Intime-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília/DF, 07 de outubro de 2019.

**MINISTRO MOURA RIBEIRO**

Relator

